

Jornal

# BANCÁRIO

CONDIÇÕES DE TRABALHO

## Sindicato acompanha com preocupação a compra da folha de pagamento da prefeitura de Dourados pelo Bradesco



Diretores do Sindicato em conversa com o gerente regional Alexandre Cruz e Assessora Maria Bruzarosco, durante uma das visitas na abertura das novas contas da Prefeitura em Dourados.

Desde o anúncio da compra da folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura de Dourados, pelo Bradesco, o Sindicato dos Bancários de Dourados e Região vem acompanhando a implantação da migração das contas e da prestação do serviço por parte do banco.

A compra da folha, que entre ativos e aposentados conta com cerca de 7 mil e 100 funcionários, se deu através de processo licitatório realizado no dia 22/11/2019, com a proposta milionária de R\$ 22,7 milhões, para um contrato com duração de cinco anos.

Logo após o anúncio da transação financeira na mídia, a

direção do sindicato se reuniu com a administração do Bradesco, na Agência Centro, para abordar a preocupação com o aumento significativo da demanda de trabalho para os bancários e, também, com os trabalhadores da prefeitura que devem ter um atendimento a contento.

Na reunião do mês de novembro a administração local respondeu que ainda não havia muitas informações a respeito. Então no dia 15 de janeiro o Presidente do Sindicato, Carlos Longo, esteve novamente com o Gerente Geral da Agência Centro, Moacir Lorenzon para saber do posicionamento do banco, ficando

acertado uma visita na sede do Sindicato para tratar do assunto.

O encontro na sede da entidade entre a direção do sindicato e os representantes do Bradesco que contou com a presença do gerente geral Moacir Lorenzon e da assessora da superintendência Maria Bruzarosco, representando o Diretor Regional do Bradesco, Alexandre Cruz Sobral, aconteceu no dia 20 de janeiro.

Em relação aos serviços de migração das contas para o Bradesco o sindicato foi informado que a mesma teria início no dia 22 de janeiro e para tanto o banco estava deslocando cerca de 130 bancários de várias partes do país para realizar o trabalho, num programa denominado pelo banco de “Bradesco Fidelize”, com duração de 20 dias.

Os representantes do banco informaram também que, após esta etapa de migração, a prestação de serviços estará distribuída na agência centro, que ficará como principal encarregada do gerenciamento e prestação dos serviços e na agência Presidente

Vargas, além da abertura de um PAB (Posto de Atendimento Bancário) instalado na sede da Prefeitura na Coronel Ponciano e que o banco já está em fase de seleção para a contratação de 12 funcionários, sendo três para atender no PAB e os demais reforçar o quadro das duas agências.

Na última sexta-feira 24.01 uma comissão do sindicato dos Bancários visitou as instalações no Shopping Avenida Center, onde ocorre o “Fidelize. Para Carlos Longo, presidente do sindicato as condições de trabalho, climatização, ergonomia estão a contento, e o atendimento aos servidores do município segue com bom fluxo e pouco tempo de espera. A contratação de 12 funcionários gera empregos, abre oportunidade de carreira e é justificada pelo aumento da demanda que as novas contas trarão para as agências de Dourados, finalizou Longo. O Sindicato dos Bancários acompanhará o processo de abertura das contas até sua conclusão, mas especialmente, quando as agências de Dourados que receberão as novas contas.

# Bancos fecham agências por concorrência digital



O impacto das fintechs a cada dia se torna mais visível no resultado dos grandes bancos. Com a multiplicação dos bancos digitais, os bancos tradicionais que ainda possuem agências físicas estão fechando suas unidades. Como solução, os cinco gigantes do setor financeiro no país Itaú,

Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Caixa oferecem os serviços por meio dos aplicativos de celulares. De 2013 até agora, já foram fechados mais de 2 mil postos de atendimento.

Ao fechar agências e lançar plataformas digitais, as maiores instituições financeiras aumentam

a crise econômica com mais desemprego e deixam claro que, O Lucro é Acima de Todos!

O número é ainda maior quando são analisados os últimos seis anos. De acordo com o levantamento do Dieese, a quantidade total de agências das cinco instituições caiu de 19.841 para 17.730. Para manter a atual rentabilidade, segundo a consultoria alemã Roland Berger, os bancos terão de cortar R\$ 24 bilhões em custos nos próximos três anos.

Fechar agências significa demissões, além de representar perda para o próprio banco, já que pessoas utilizam agências físicas para pagar boletos, por exemplo, e são atraídas para comprar produtos das instituições.

Segundo o relatório do banco Safra, o Itaú fechou quase 400 agências em 2019. A direção informou que em 2020 irá diminuir o procedimento, por entender que a atitude pode afetar a sua capilaridade. Parte da decisão, segundo a direção, é pelo processo de digitalização dos bancos.

Desde 2013, a categoria bancária perdeu 62,7 mil postos de trabalho em consequência da digitalização e da ganância do setor financeiro, que tem influência direta no desemprego e no aumento da crise econômica.

A rentabilidade dos grandes bancos continua astronômica, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander lucraram R\$ 51,091 bilhões nos nove meses de 2019, alta anual de 17,85%. Sem somar os lucros do Banco do Brasil e Caixa Econômica.

## Funcionário acionado por Whats fora do horário ganha ação de horas extras



WhatsApp

A juíza Daniela Torres Conceição, titular da 3ª Vara do Trabalho de Montes Claros, condenou uma empresa de transporte rodoviário de passageiros a pagar horas extras a um ajudante de tráfego que era constantemente acionado pela empresa por WhatsApp, tanto durante o intervalo quanto fora do horário normal de trabalho.

Pelo que consta nos cartões de ponto, o trabalhador cumpria jornada de 8h às 17h20, com intervalo de 13h às 15h. Por outro

lado, mensagens trocadas entre ele e seu superior hierárquico, por meio do aplicativo de celular WhatsApp, comprovaram que havia convocação para trabalhar durante o intervalo e também antes do início ou após o encerramento da jornada. E esses períodos não eram registrados.

Para a magistrada, o tempo em questão deve ser considerado como de efetiva prestação de serviços, integrando a jornada de trabalho para todos os fins. Ao caso, aplicou o disposto no artigo 4º da CLT, com redação vigente à época do contrato de trabalho ("Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens,

salvo disposição especial expressamente consignada").

Nesse contexto, deferiu ao trabalhador o pagamento de 03 horas extras diárias, acrescidas do

adicional de 50%, com reflexos sobre aviso-prévio, 13º salário, férias com 1/3 e FGTS com multa de 40%. Há recurso contra a decisão em tramitação no TRT de Minas.

**Sindicalize-se!**

**diga  
SIM**

*para quem defende você!*

**Sindicato dos Bancários de Dourados e Região-MS**

Informativo do Sindicato dos Bancários da Grande Dourados e Região. Editado e publicado sob a responsabilidade da diretoria da entidade - **Presidente:** Carlos Alberto Longo - **Secretário Geral:** Edson Rigoni - **2º Secretário:** Edegar Alves Martins - **Diretor Financeiro:** Walter Teruo Ogima - **Diretor de Organização e Suporte Administrativo:** Valdinei Rodrigues de Araújo - **Diretor de Políticas Sindicais, Sociais e Cidadania:** Joacir Rodrigues de Oliveira - **Diretor de Imprensa e Comunicação:** Janes Estigarribia - **Diretor de Formação Sindical:** Laudelino Vieira dos Santos - **Diretor Regional:** Raul Lídio Pedrosa Verão - **Diretor de Esporte Cultura e Lazer:** Marcos Mota Medalha - **Diretor de Saúde e Condição de Trabalho:** Ivanilde Fidelis. Endereço: Rua Olinda Pires de Almeida, 2450 - Dourados - CEP 79800-000 - Fone: (67) 3422-4884 - Fax: (67) 3423-0117 - www.bancariosms.com.br - sind.ban@terra.com.br

**Projeto Gráfico, Diagramação e Impressão:** Gráfica Seriemá - **Fotos:** Walter Teruo - **Tiragem:** 900 exemplares. Os textos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

# Privatização: argumentos usados pelo governo não se sustentam



No início do ano o Ministério da Economia divulgou a meta de R\$ 150 bilhões em privatizações e desinvestimentos para o País. Além da grande repercussão no mercado financeiro, o anúncio motivou a reação de entidades representantes dos trabalhadores em empresas públicas. Elas denunciam a fragilidade dos argumentos para privatização.

O presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), Jair Ferreira, disse em entrevista ao Valor Econômico que o que está em curso é um processo de fatiamento da Caixa.

Segundo ele, está havendo uma privatização disfarçada. Isso deixa o banco enfraquecido ao dividir com o setor privado os ganhos das áreas rentáveis como seguro, loterias e cartões. “Se tirar áreas importantes como essas, você enfraquece o banco. Quem será prejudicada é a população, porque a Caixa terá menor capacidade de atuar”, disse.

Embora a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) liberando de autorização do Congresso a venda de subsidiárias dificulte o quadro, o presidente da Fenae adiantou que o movimento sindical está buscando caminhos jurídicos para tentar

barrar os processos em curso.

**Eletrobras**

Em entrevista ao Valor, o diretor da Associação dos Engenheiros e Técnicos da Eletrobras (Aesel), Íkaro Chaves, questionou dados apresentados pelo secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, José Salim Mattar.

“A Eletrobras não precisa de R\$ 14 bilhões anuais do Tesouro. Ao contrário, nos últimos 11 anos deu ao Tesouro Nacional mais de R\$ 16 bilhões”, destacou Íkaro. Ele acrescentou que a empresa está financeiramente saudável e é plenamente capaz de realizar investimentos.

“Se hoje a Eletrobras prefere repassar dividendos bilionários a seus acionistas, entre eles a União, em detrimento de realizar investimentos, é uma opção dos seus controladores, no caso o governo”, finalizou o diretor.

**Privatização**

O Valor destacou ainda que a apresentação do secretário especial Salim Mattar deixou

dúvidas e lacunas relacionadas aos dados expostos. O Ministério não apresentou, por exemplo, a decomposição por empresa ou grupo econômico dos R\$ 150 bilhões a serem obtidos com o processo de privatização.

Também não foi detalhado como se darão os impactos fiscais diretos e indiretos que o processo deve ter e, até agora, também não está claro como será o tal “fast track” (via rápida) das privatizações, cujo projeto está previsto para ser enviado em fevereiro.

Para a coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano, o governo, mais uma vez, aposta na confusão para tentar encaminhar seus projetos privatistas sem que sejam entendidos e avaliados pela sociedade. “Por isso temos que nos manter atentos e mobilizados, ampliando a informação sobre os malefícios da privatização”.

## Desgoverno: INSS a beira do caos

O atraso de mais de ano na concessão de aposentadorias e pensões pelo INSS está sendo causado pelo próprio governo. Os motivos são o corte de verbas, a falta de equipamentos e, sobretudo, o enorme déficit de pessoal, devido a não realização de concurso público, agora proibido pelo governo.

Além de reduzir direitos previdenciários e colocar o Brasil na rota do regime de capitalização, entregando aos bancos a gestão da aposentadoria no país, a reforma da previdência de Paulo Guedes, aprovada por meio da compra de votos no Congresso, teve como efeito colateral a fila gigante no

Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Desde que Bolsonaro assumiu, milhões de trabalhadores, com medo de não conseguirem se aposentar, anteciparam o pedido de aposentadorias, inclusive trabalhadores do INSS.

Com a falta de servidores, mais de 3 milhões de benefícios estão travados e pelo menos 1,3 milhão de pedidos de aposentadoria estão nas filas virtuais do INSS.

Um verdadeiro apagão no atendimento com a falta de servidores e o aceleramento do pedido de aposentadoria dos trabalhadores.

Todas as terças-feiras 19 horas



**RACHÃO DOS  
BANCÁRIOS**

FUTEBOL SUIÇO

No campo do Sindicato ao lado da AABB

# MP 905 um fantasma que assombra os bancários



Mais um fantasma ronda a vida dos trabalhadores do sistema financeiro nacional e em especial a categoria bancária. Depois que Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, editaram a Medida Provisória 905/2019, em 11 de novembro, uma onda de indignação tomou conta das agências e postos de trabalhos bancários.

A MP 905 não só ataca os direitos da categoria como põe em

risco as conquistas de milhares de trabalhadores e da sociedade em geral.

Por isso, o bancário que ainda não teve tempo de dar uma olhada nas notícias e que não se inteirou do tema dessa MP deve buscar informações.

Essa MP amplia a jornada de trabalho dos bancários de 6h para 8h. Ela faz com que, quem está na ponta do sistema financeiro trabalhe aos sábados e domingos.

## BANCÁRIOS ESPERAM QUE CONGRESSO DERRUBE ESSA MP

Embora os bancários tenham conseguido uma importante vitória em dezembro de 2019, quando no dia 10 arrancaram da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) a assinatura de um aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), suspendendo os efeitos da Medida Provisória 905/2019 até 31 dezembro de 2020, é importante lembrar que os bancários precisam estar unidos neste novo ano, pois teremos negociação da CCT, a assinatura desse aditivo representa

o grau de organização e compromisso com a categoria nessas quase três décadas de CCT. Entretanto, é preciso derrotar a MP 905.

A luta continua e neste esforço é importante a participação da categoria. Esta não deve ser uma luta apenas do movimento sindical, mas um compromisso de todos os bancários e bancárias para que possamos manter nossas conquistas e derrotar as investidas contra os trabalhadores.



## Auditoria do BNDES que não deu em nada custou R\$ 48 milhões



Na tentativa de encontrar supostos desvios sob os governos Lula e Dilma, o Bolsonaro gastou R\$ 48 milhões em auditoria interna com a promessa de abrir a "caixa

preta" do BNDES. Porém, após um ano e dez meses de investigação, a única "prova" foi um relatório de oito páginas, sendo que cada uma delas custou R\$ 6 milhões.

A presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), criticou Bolsonaro e o ministro da Justiça, Sérgio Moro.

"Tentaram incriminar Lula, Dilma, lideranças do PT e gestores do banco! Quem paga por isso? Como reaver a reputação das pessoas? Era uma ação política de acusações orquestradas! Vocês tem de responder por isso. E agora Bolsonaro? E agora Lava Jato, Moro?", escreveu a parlamentar no Twitter.

Segundo relato do jornal O Estado de S. Paulo, o banco

informou que, durante as investigações foram revisados mais de 400 mil documentos, coletados mais de 3 milhões de dados eletrônicos de funcionários.

Foram entrevistados funcionários, ex-funcionários, executivos e ex-executivos do BNDES envolvidos nas operações. Também analisados relatórios da PF, denúncias do MPF, termos de colaboração premiada, materiais de investigações internas do BNDES, além de documentos de sindicâncias internas, relatórios de CPIs, entre outras informações disponíveis.